

Educação escolar no sistema socioeducativo do Rio Grande do Norte: a produção do conhecimento

Arellen Ronney Rocha Reges¹, Antonio Anderson Brito do Nascimento², Vanessa de França Almeida Gurgel³, Emerson Augusto de Medeiros⁴

Resumo

Nas últimas décadas, decorrentes do avanço dos diplomas legais acerca dos direitos de adolescentes em espaços de privação de liberdade, o acesso à educação escolar vem sendo difundido no âmbito da educação e pesquisa. Nesse entendimento, este estudo trata-se de um levantamento bibliográfico, tendo como objetivo central mapear como vem sendo produzidas as pesquisas sobre educação escolar de adolescentes privados de liberdade no Estado do Rio Grande do Norte, no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Com essa finalidade, apropriando-se de uma abordagem quali-quantitativa, utilizou-se do descritor “Ceduc” – sigla que faz referência ao Centro Educacional – como forma de delimitação para o processo de buscas. Ao todo, foram encontradas 16 produções, entre teses e dissertações, o que indica timidez na discussão sobre o tema. Ademais, observamos que, entre outros aspectos, as produções são predominantemente dissertações produzidas no Estado do Rio Grande do Norte. Esse fator se ampara pelo Estado, durante anos, ser um dos únicos a utilizar-se da terminologia “Ceduc” para nomear unidades de atendimento socioeducativo de internação – fundamento que justifica nossa escolha de descritor desta investigação.

Palavras-chave

Ceduc. Educação escolar socioeducativa. Socioeducação. Privação de liberdade.

¹ Mestre em Ensino pela Universidade Federal do Rural Semi-Árido, Rio Grande do Norte, Brasil; membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Formação Docente; membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos. E-mail: ronneyareillen@gmail.com.

² Mestre em Ensino pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Brasil; professor na Escola Estadual Professora Antonia Girland Bruno da Silva, Rio Grande do Norte, Brasil; membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Docente; membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Contexto e Educação. E-mail: nascimento.a.a.b@gmail.com.

³ Mestra em Ensino pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Rio Grande do Norte, Brasil; professora na Faculdade do Complexo Educacional Santo André, Rio Grande do Norte, Brasil; membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Formação Docente. E-mail: vanessaalmeida_rn@hotmail.com.

⁴ Doutor em Educação pela Universidade Estadual do Ceará, Brasil; pós-doutoral em Formação de Professores e Didática pela Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil; professor na Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Rio Grande do Norte, Brasil; professor na Universidade Estadual do Ceará, Brasil; líder do Grupo de Pesquisa Formação Docente. E-mail: emerson.medeiros@ufersa.edu.br.

School education in the socio-educational system of Rio Grande do Norte: the production of knowledge

Arellen Ronney Rocha Reges¹, Antonio Anderson Brito do Nascimento², Vanessa de França Almeida Gurgel³, Emerson Augusto de Medeiros⁴

Abstract

In recent decades, as a result of advances in legislation regarding the rights of adolescents in detention centers, access to school education has been discussed in the fields of education and research. In this context, this study is a bibliographic survey, with the main objective of mapping how research on school education for adolescents deprived of liberty in the state of Rio Grande do Norte, Brazil, has been produced in the Theses and Dissertations Catalog of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (Capes). To this end, using a qualitative-quantitative approach, the descriptor 'Ceduc' – an acronym referring to the Educational Center – was used to delimit the search process. In total, 16 productions were found, including theses and dissertations, which indicates a lack of discussion on the topic. Furthermore, we observed that, among other aspects, the publications are predominantly dissertations produced in the state of Rio Grande do Norte. This factor is supported by the fact that, for years, the state has been one of the only ones to use the term 'Ceduc' to name socio-educational detention centers – a basis that justifies our choice of descriptor for this investigation.

Keywords

Ceduc. Socio-educational schooling. Socio-education. Deprivation of liberty.

¹ Master's degree in Teaching, Federal University of the Semi-Arid Rural Area, State of Rio Grande do Norte, Brazil; member of the Study and Research Group on Teacher Training; member of the Study and Research Group on Youth and Adult Education. Email: ronneyarellen@gmail.com.

² Master's degree in Teaching, State University of Rio Grande do Norte, State of Rio Grande do Norte, Brazil; teacher at the Professora Antonia Girland Bruno da Silva State School, State of Rio Grande do Norte, Brazil; member of the Study and Research Group on Teacher Training; member of the Study and Research Group Context and Education. Email: nascimento.a.a.b@gmail.com.

³ Master's degree in Teaching, Federal University of the Semi-Arid Rural Area, State of Rio Grande do Norte, Brazil; professor at the Faculty of the Santo André Educational Complex, State of Rio Grande do Norte, Brazil; member of the Study and Research Group on Teacher Education. Email: vanessaalmeida_rn@hotmail.com.

⁴ PhD in Education, State University of Ceará, State of Ceará, Brazil; postdoctoral degree in Teacher Training and Didactics, University of Brasília, Federal District, Brazil; professor at the Federal University of the Semi-Arid Rural Area, Rio Grande do Norte, Brazil; professor at the State University of Ceará, State of Ceará, Brazil; leader of the Teacher Training Research Group. Email: emerson.medeiros@ufersa.edu.br.

Introdução

Nas últimas décadas, a educação escolar em espaços de privação de liberdade, sejam eles socioeducativos ou prisionais, atraiu, de certo modo, uma visibilidade na garantia e acesso aos direitos fundamentais à População Privada de Liberdade (PPL). Nesse sentido, apontamos como responsáveis os diplomas legais que avançaram e asseguram tais direitos, com destaque para a Constituição Federal (CF) (Brasil, 1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990), o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) (Brasil, 2006), o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) (Brasil, 2012) e a Resolução CNE/CEB nº 3, de 13 de maio de 2016 (Brasil, 2016), que define Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Esses dispositivos asseguraram não apenas o direito à educação escolar/formal aos apenados (prisional)⁵ e socioeducandos (socioeducativo), como também a busca pelo respeito e a dignidade da pessoa humana em espaços de privação de liberdade. Em verdade, após a eclosão de dispositivos legais – como o ECA e o Sinase –, áreas de assistência social, psicológica e pedagógica começaram a ser inseridas no assistencialismo a esses sujeitos.

Essa análise é fundamental para identificar as abordagens metodológicas utilizadas, os desafios enfrentados e as possíveis lacunas existentes nas práticas educacionais aplicadas nesses contextos. Vale salientar que, no estado do Rio grande do Norte (RN), todas as unidades dos sistemas de privação de liberdade (prisional e socioeducativo) são assistidas pela modalidade de ensino de Educação de Jovens e Adultos (EJA) – inclusive, para aqueles que cumprem medidas de meio aberto (semiliberdade).

Dante desses aspectos introdutórios, aludimos que o objetivo deste escrito é mapear como vem sendo produzidas as pesquisas sobre educação escolar de adolescentes privados de liberdade do Estado do RN, no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Para esse propósito, utilizamos o descriptor “Ceduc” (Centro Educacional) para delimitar os trabalhos produzidos sobre o sistema socioeducativo do estado supracitado, haja vista que essa nomenclatura foi utilizada durante décadas para as unidades de atendimento socioeducativo de internação no Estado do

⁵ No âmbito prisional, os documentos norteadores são a Lei de Execução Penal (LEP) e as Diretrizes Nacionais para Educação em Prisões – orientações para a oferta de educação básica a pessoas privadas de liberdade. Todavia, o enfoque desta pesquisa deterá a educação escolar no atendimento socioeducativo (adolescentes/socioeducandos).

RN (privação de liberdade)⁶. Ademais, a expansão da pesquisa científica e os avanços das normativas legais estão relacionados ao período no qual essa terminologia era utilizada para identificar as unidades socioeducativas de internação, justificando nossa escolha.

Percorso metodológico

De modo geral, as pesquisas que visam realizar levantamentos, em seus diversos tipos, têm sido úteis para a produção de conhecimento em inúmeros enfoques. Nesse sentido, para a construção deste levantamento bibliográfico no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, optamos por não utilizar recorte temporal e/ou filtros nas buscas (como as produções por áreas de conhecimento, ano, instituições, entre outros).

Realizada nos meses de junho a agosto de 2022, por meio do descritor “Ceduc”, a busca levou-nos a encontrar 16 produções, apontando para a compreensão de timidez na discussão sobre o tema. Assim, observemos, no Quadro 1 as investigações identificadas:

Quadro 1 – Produções mapeadas utilizando o descritor “Ceduc”

Título	Modalidade
Entre o pavilhão e o inferno: trajetórias de meninos infratores no Ceduc/Pitimbu (Frota, 2006)	Tese
Romper o silêncio e falar de mim e do outro: narrativas de pequenas estrelas perdidas no centro educacional/Mossoró (CEDUC) (Freitas, 2018)	Dissertação
Competência dos profissionais que atuam nas organizações do terceiro setor: um estudo de caso no Ceduc-APAE Salvador (Assunção, 2007)	-
Uma videoteca para a educação: o projeto Ceduc-vídeo, a videoteca pedagógica e as publicações sobre cinema e educação produzidas na Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE entre 1988 e 1997 (Silva, 2009)	Dissertação
Barreiras da sobrevivência: angústias e dilemas de jovens infratores pós-institucionalização (Evangelista, 2008)	Tese
A privação de liberdade e o processo de inclusão social do adolescente (Silva, 2003)	Dissertação
Adolescente autor de ato infracional: dinheiro e cultura da violência (Queiroz, 2017)	Dissertação
O atendimento às adolescentes autoras de atos infracionais no Estado do Rio Grande do Norte (Cunha, 2014)	Dissertação
Entre desvios e normas: infração juvenil feminina na cidade de Natal-RN (Santos, 2011)	Dissertação
O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC – do município de Fortaleza: trajetórias participativas? (Melo, 2013)	Dissertação

⁶ Em nossas buscas, identificamos que as unidades de medida socioeducativa de internação do Estado do RN enfrentaram mudanças em suas nomenclaturas ao decorrer dos anos. Primeiramente, na década de 90, nominada de Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (Febem); posteriormente, denominada Centro Educacional (Ceduc); por fim, a atual terminologia das unidades de internação – Centro de Atendimento Socioeducativo (Case).

O serviço social no sociojurídico: limites e possibilidades de atuação profissional de assistentes sociais em Mossoró/RN (Holanda, 2018)	Dissertação
Lembrar para não esquecer: memória, história e ficção em aula de língua espanhola (Costa Junior, 2017)	Dissertação
A dignidade da pessoa humana e as medidas sócio-educativas do Estatuto da Criança e do Adolescente (Neto, 2007)	Dissertação
Rede de atendimento socioeducativo: possibilidades e limites da garantia de direitos (Santos, 2013)	Dissertação
Ressignificação do pedagogo como agente de transformação social para além dos muros escolares (Tavares, 2010)	Tese
Famílias privadas de liberdade: a saga da violência vivenciada por adolescentes que trilham os áridos caminhos da criminalidade (Pereira, 2004)	Dissertação

Fonte: dados da pesquisa (2022).

Com o intuito de mapear e analisar a produção dos dados da conjuntura explicitada, foi gerada uma planilha eletrônica (*Excel* – via *Google Drive*) com colunas nominadas, a saber: autor, título da tese ou dissertação, abordagem, método/tipo de estudo, técnicas para produção de dados, unidade socioeducativa, medida socioeducativa, sujeitos da pesquisa, trabalhos baixados, região, Estado, Programas de Pós-Graduação/universidade, modalidade (tese ou dissertação), área de publicação e, por fim, ano de publicação.

Para o texto em tela, delimitamos a análise aos eixos e às colunas que se aproximam do objeto de estudo (educação escolar no sistema socioeducativo) e da produção científica. Logo, consideramos os seguintes dados: quantitativo de teses e dissertações, distribuição cronológica, distribuição por Estados, Instituição de Ensino Superior (IES), áreas de conhecimento, temáticas, sujeitos da pesquisa, abordagens metodológicas, métodos/tipos de pesquisa e técnicas de produção de dados.

Como forma de veracidade e rigor científico, os dados foram debatidos e revisados para, posteriormente, serem validados e analisados pelos pesquisadores envolvidos – quatro membros –, mediante encontros periódicos via *Google Meet*. Dessa forma, intenta-se responder, no período catalogado, como está a produção acerca da educação escolar no Estado do RN. Assim, em linhas gerais, a pesquisa assume uma abordagem quali-quantitativa, além de se caracterizar como uma pesquisa do tipo levantamento bibliográfico.

Centro Educacional (Ceduc) – situando no tempo-espacó

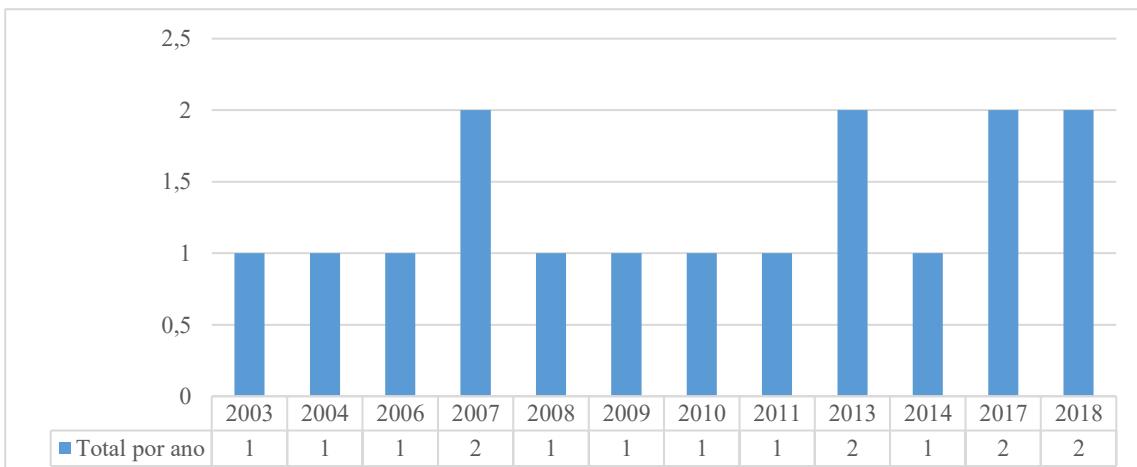
Com base nas dimensionalidades que pretendíamos alcançar com o levantamento bibliográfico desenvolvido na análise dos dados da pesquisa, inicialmente, rememoramos que verificamos o quantitativo de 16 trabalhos (teses e dissertações) que versam sobre a temática da educação escolar no sistema socioeducativo.

Majoritariamente, há quantitativo superior de dissertações (75%) em detrimento de teses (19%), o que nos leva a observar a timidez com que o assunto é tratado em pesquisas nos Programas de Pós-Graduação. O quantitativo restante (6%) diz respeito a um trabalho “não identificado” pela Plataforma Capes, do ano de 2007. É válido pontuar que a plataforma exigiu, obrigatoriamente, algumas informações consideradas essenciais somente a partir do ano de 2013⁷, data posterior à pesquisa não identificável.

O módico quantitativo mapeado é um reflexo da falta de debate e fomento em pesquisas que abordam a conjuntura socioeducativa, haja vista que o descritor utilizado não é especificado nem direcionado, unicamente, para a perspectiva educacional, mas sim para a instituição que contempla todas as unidades de privação de liberdade do Estado. Além disso, essas unidades, sobretudo de medida privativa, exercem a formação escolar na própria instituição, necessitando de professores e suporte pedagógico.

Conforme mencionado anteriormente acerca da escassez das produções, podemos reforçar esses dados de análise com os insumos presentes no Gráfico 1, que traduz o quantitativo das publicações dessas pesquisas por ano.

Gráfico 1 – Distribuição Cronológica das Teses e Dissertações



Fonte: dados da pesquisa (2022).

Podemos observar no Gráfico 1 que, dentre os 12 anos em destaque, o número mais elevado de publicações configura-se em duas anuais, sendo nos anos de 2007, 2013, 2017 e 2018. O debate, com relação à educação escolar em espaços de privação de liberdade, bem

⁷Apesar da plataforma existir digitalmente desde 2002, foi a partir de 2013 que ela disponibilizou informações mais completas, como nome do autor, título do trabalho, data da defesa do estudo, número de páginas, instituição de vínculo, orientador, banca examinadora, palavras-chave, agência financiadora, área de conhecimento, áreas afins e linha/s de pesquisa.

como em torno da garantia dos direitos PPL, ganha notoriedade nas últimas décadas, sobretudo com o surgimento de normativas legais, como o Sinase e Resoluções de caráter educacional e de ensino (Resolução CNE/CEB 3/2016)⁸. Nesse sentido, o aumento no número de pesquisas, presentemente, pode se justificar pela inserção da base legal na garantia de direitos fundamentais a esse público (Paiva, 2009; Julião, 2020).

Malgrado a plataforma Capes exista digitalmente desde 2002 – e disponibilize informações mais completas a partir de 2013 –, impressiona observar que, dentre as 16 investigações mapeadas no período, apenas três estejam disponíveis para *download*. As outras 13 são disponibilizadas apenas na forma de apresentação inicial (primeira página exibida na plataforma após a busca com o descritor) no catálogo na base de dados.

Com o objetivo de compreender como essas dissertações e teses dialogam com os Estados brasileiros, obtivemos os seguintes dados:

Tabela 1 – Distribuição das dissertações e teses por Estados

Estado	Dissertações	Teses	Total de produções
Bahia	1	0	1
Ceará	1	0	1
Paraíba	1	0	1
Rio Grande do Norte	9	3	12
São Paulo	1	0	1

Fonte: dados da pesquisa (2022).

Como esperado, a Região Nordeste é predominante em tematizar sobre o assunto em textos dessa natureza. Em verdade, a predominância nessa região não surpreende, decorrente de nossa escolha pelo descritor “Ceduc” – visto que essa terminologia, conforme explicitado anteriormente, foi utilizada nas unidades de internação do sistema socioeducativo do RN por décadas, justificando, inclusive, nossa escolha por ela.

Apesar disso, a nomenclatura não é exclusiva desse estado e, por essa razão, foi possível identificar pesquisas em outros Entes Federativos do país. No caso de São Paulo (SP), o descritor utilizado nessa investigação foi a terminologia dos anos 80 e 90 para nominar algumas unidades socioeducativas do Estado, o que pode justificar a aparição de uma pesquisa no mapeamento.

Durante muitas décadas, a terminologia mais utilizada em nossa sociedade – massivamente difundida pelos meios de comunicação – para se referir ao atendimento

⁸ Define Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. A resolução trata-se da primeira regulamentação específica para a educação escolar em unidades socioeducativas do país.

socioeducativo era Febem. A visão negativa que reverberou na sociedade e na mídia em torno dessa nomenclatura resultou de anos de observância de negligência de um sistema punitivo, falho e precário que existia, sobretudo, antes do surgimento de parâmetros legais que, posteriormente, assegurariam a dignidade da pessoa humana nos sistemas prisionais e socioeducativos do país (Onofre, 2007).

Face ao exposto na Tabela 1, verifica-se que, mais uma vez, um dado da categoria em destaque assume predominância na análise. Dessa vez, observa-se o Estado do RN ocupando enfaticamente a primeira colocação em termos de publicações, sejam teses ou dissertações. As informações apresentadas no parágrafo anterior fundamentam a discrepância desse resultado. Outros estados, como Bahia, Ceará e Paraíba, também aparecem na tabela, cada um deles com uma produção.

Outrossim, é válido destacar que a Região Nordeste tem expandido seus Programas de Pós-Graduação em Educação e avultado na produção de pesquisas nos últimos anos. Conforme Silva *et al.* (2022), entre 2007 e 2019, a região triplicou o número desses programas, o que se reflete diretamente no impacto da produção científica da área. Como aprofundamento, conseguimos identificar as Instituições de Ensino Superior (IES) às quais esses textos estão vinculados, evidenciados na Tabela 2.

Tabela 2 – Distribuição das teses e dissertações por IES

Instituição de Educação Superior	Quantitativo de Dissertações	Quantitativo de Teses	Não identificada	Total
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	6	3	0	9
Fundação Visconde de Cairu	1	0	0	1
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)	3	0	0	3
Universidade de São Paulo (USP)	1	0	0	1
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	1	0	0	1
Não identificada	-	-	1	1
Total de produções	12	3	1	16

Fonte: dados da pesquisa (2022).

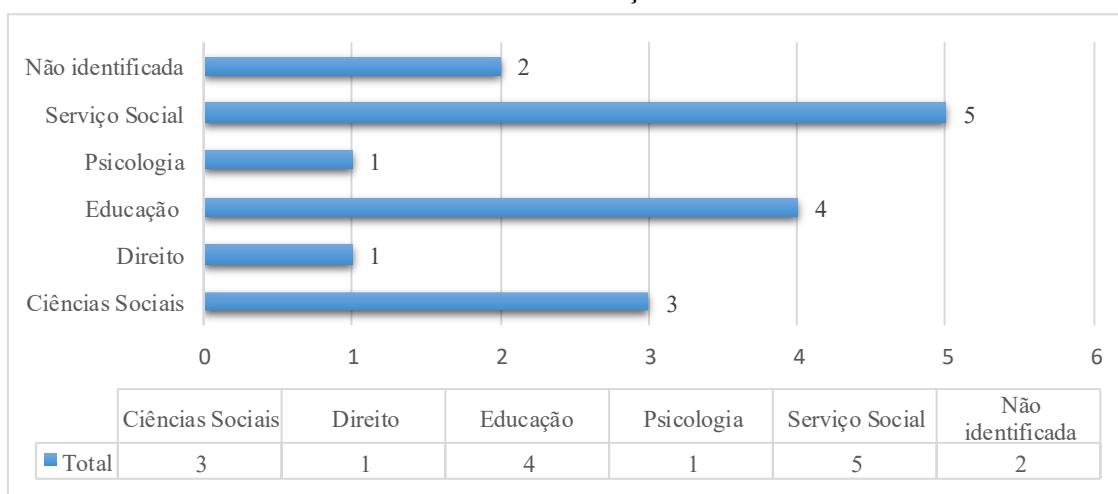
Conforme a Tabela 2, o quantitativo predominante está vinculado às IES do Estado do RN, tais como: UFRN, com nove produções, sendo seis dissertações e três teses; UERN, com três produções, sendo todas elas dissertações. As duas instituições são referências de educação e formação de sujeitos em diversos estados e regiões do país; em especial, os estados do Ceará e da Paraíba.

Nesses termos, a Fundação de Apoio à Pesquisa do Rio Grande do Norte (Fapern) mapeou aproximadamente 50 IES em atuação no Estado, divididas administrativamente em dez territórios, sendo eles: Mato Grande, Sertão Central Cabugi e Litoral Norte, Agreste Litoral Sul, Potengi, Trairi, Açu-Mossoró, Sertão do Apodi, Alto Oeste, Seridó e Terra dos Potiguares. Em geral, essas IES se revestem significativamente para o desenvolvimento desses locais. Dentre os dez territórios, foi possível identificar que Metropolitana de Natal, Seridó e Assú concentram o maior número de instituições, enquanto as regiões de Apodi, Potengi e Trairi apresentam o menor número. Nestas, conta-se apenas uma IES a cada região – o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) (Santos, 2019).

Centro Educacional (Ceduc) – dialogando com as teses e dissertações

Nesta subseção, apresentamos os aspectos que circunscrevem as abordagens temáticas deste escrito, a saber: as Áreas de Conhecimento das dissertações e teses, suas temáticas e os sujeitos das pesquisas. As análises dessas categorias são relevantes para compreendermos quais enfoques sobre o sistema socioeducativo estão sendo desenvolvidos nas investigações dos Programas de Pós-Graduação. Em um primeiro momento, iniciamos verificando as Áreas de Conhecimento das 16 pesquisas mapeadas, como evidencia o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Áreas de Conhecimento das dissertações e teses



Fonte: dados da pesquisa (2022).

Os achados presentes no Gráfico 2 apresentam cinco Áreas de Conhecimento distintas, sendo elas: Serviço Social (5), Educação (4), Ciências Sociais (3), Direito (1), Psicologia (1) e

Não identificada (2). Dentre essa diversidade, destacam-se Serviço Social, Educação e Ciências Sociais, o que confirma nossos estudos prévios sobre o interesse de pesquisas desses campos em relação aos sistemas de privação de liberdade.

Ademais, convém mencionar que algo possivelmente relacionado ao interesse dessas áreas sobre esses sistemas trata-se da relação dicotômica entre segurança e educação. A relação pontuada se refere ao conflito de unidades de reclusão e privação de liberdade com caráter punitivo (segurança), bem como pela garantia de direitos básicos e fundamentais nas instituições (dentre eles, a educação).

Ao delimitarmos essa análise ao nosso enfoque, percebemos que, embora o sistema socioeducativo – sobretudo em seus regimentos – preveja os aspectos pedagógicos em relação aos sancionatórios, não se pode negar a conjectura punitiva e reclusa de um sistema de privação de liberdade. Sob essa ótica, Julião (2013, p. 190) pontua que:

A organização e funcionamento da escola dentro de uma instituição com características prisionais fazem com que a educação se constitua, nesse espaço, como um componente ‘estranho’, principalmente pelo fato de ela ser organizada a partir de ações técnico-disciplinares, característica das instituições totais, com técnicas que convergem para a padronização e imobilização dos internos. Uma educação que apresenta uma face mais repressiva, que busca vincular-se a atividades de caráter manual e que, em muitos casos, não apresenta nenhuma relação direta com o que é exigido no mundo exterior à instituição.

Nessa lógica, percebe-se despertar o interesse dessas Áreas de Conhecimento em averiguar, durante o cumprimento da medida, o acesso desses sujeitos a questões de direitos fundamentais, de políticas públicas e na garantia da dignidade da pessoa humana, descritas em nossos regimentos (Brasil, 1988; Brasil, 1990; Brasil, 2012).

Em que pese a área da Educação configurar como a segunda mais pesquisada, constatamos que os trabalhos estão fortemente vinculados às políticas públicas de educação. Assim, observa-se um número reduzido de pesquisas que abordem especificamente a conjuntura da educação escolar – professores, alunos, currículo, entre outros aspectos –, tendência que se ratifica nos dados construídos a seguir.

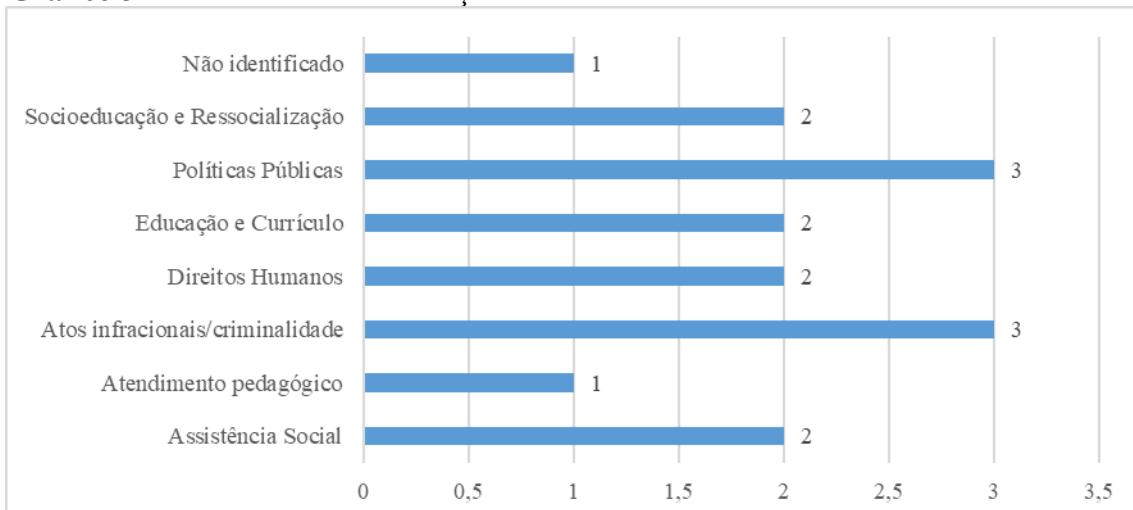
Cumpre destacar, ainda, que a modalidade de ensino destinada aos jovens em cumprimento de medida socioeducativa no RN é a EJA, ofertada por meio da Subcoordenadoria de Educação de Jovens e Adultos (Sueja). Como é amplamente

reconhecido, a EJA está diretamente relacionada à Educação Popular, constituindo uma das alternativas mais recorrentes nos sistemas de privação de liberdade⁹.

Essa escolha pode ser justificada por abranger três dimensões importantes no contexto educacional e social dos socioeducandos e apenados, sendo elas: política, pedagógica e ético-metodológica. Ademais, a EJA é compreendida como uma prática social que almeja contribuir para uma nova sociedade e, consequentemente, atinge de forma mais aprofundada a prática docente e o processo de ensino-aprendizagem dos sujeitos (Almeida; Leite, 2023).

Adiante, com relação às análises para além das Áreas de Conhecimento, buscamos pormenorizar as temáticas versadas nas investigações. Logo, apesar de considerarmos um quantitativo total baixo entre teses e dissertações – 16, as temáticas indicam uma certa diversidade e pluralidade quanto ao enfoque desta análise, conforme explicitado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Temáticas das dissertações e teses



Fonte: dados da pesquisa (2022).

Ao analisarmos o Gráfico 3, é possível identificar sete temáticas diferentes, sendo elas: Atos infracionais/criminalidade (3), Direitos Humanos (2), Políticas Públicas (3), Assistência Social (2), Educação e Currículo (2), Socioeducação e Ressocialização (2) e Atendimento Pedagógico (1), não sendo identificável apenas uma.

Apesar de nossa perspectiva de investigação se deter exclusivamente ao sistema socioeducativo, em alguns trabalhos foi possível apurar o uso do termo “criminalidade” ao se referir ao ato infracional cometido pelo adolescente.

⁹ Não há nenhuma regulamentação, a nível federal, que delimita ou oriente os Estados sobre qual modalidade de ensino deve ser empregada nos sistemas de privação de liberdade do país, ficando, assim, a cargo de cada ente federativo a obrigatoriedade da garantia de educação escolar nos sistemas por meio da modalidade adequada à realidade e contexto de cada Estado.

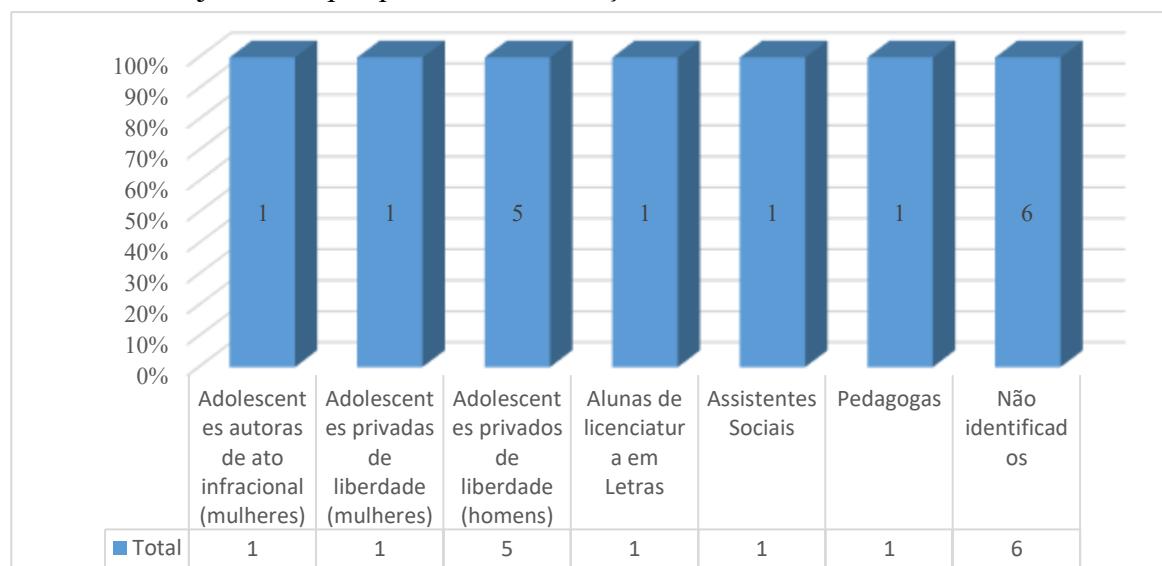
Ademais, as pesquisas aparentemente não singularizam de forma clara os sistemas – socioeducativo (menores infratores) e prisional (adultos apenados) – e, constantemente, os colocam como análogos. Assim, apesar de serem sistemas de privação de liberdade, ambos possuem suas particularidades, inclusive em relação à demanda educacional/escolar.

Dentre os enfoques que tematizam as pesquisas, destacam-se, novamente, aqueles pertencentes à área do Direito, Assistencialismo e da Educação. Uma forma de justificar a vasta diversificação de temas das produções e as áreas distintas que as investigam é por meio dos conceitos de incompletude institucional e articulação interinstitucional, bem como intersetorial, das políticas que integram o atendimento socioeducativo, sendo, até mesmo, apontado em seu regimento – o Sinase (Brasil, 2012).

Em verdade, esse princípio funciona por meio de uma lógica de rede articulada por ações governamentais e não governamentais, organizando as movimentações de um conjunto de políticas públicas de Estado em consonância com as medidas socioeducativas. Em outras palavras, as fundações de atendimento socioeducativos não se sustentam sozinhas, é necessário o apoio de outros setores e instituições – como órgãos de educação, saúde, assistência social e jurídica) –, possibilitando que várias áreas atuem na garantia de direitos básicos fundamentais para os socioeducandos (Brasil, 2012).

Considerando o aspecto supracitado, outra categoria interessante e a qual realizamos o mapeamento foi a dos sujeitos pesquisados, conforme exposto no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Sujeitos das pesquisas nas dissertações e teses



Fonte: dados da pesquisa (2022).

No que concerne ao Gráfico 4, identificamos produções que buscaram abordagens para além do próprio socioeducando em privação ou restrição de liberdade – ainda que em número reduzido. Como exemplo, destacam-se pesquisas voltadas a pedagogas, assistentes sociais e estudantes de licenciatura, como exemplificado acima.

É notório um expressivo número de trabalhos não identificados – um total de seis. Esse dado indica uma problemática comum ao trabalhar com levantamentos bibliográficos: a falta de clareza em alguns resumos (ou até mesmo no texto da própria pesquisa) sobre os aspectos metodológicos que fizeram parte da investigação. Sobre esse ponto, Garrido (1979) alerta que os resumos são instrumentos indispensáveis, na medida em que sua inserção em catálogos e bases de dados agiliza a atividade de seleção em buscas bibliográficas. Desse modo, é preciso que haja zelo e atenção na elaboração.

Retomando a análise do Gráfico 4, outro ponto válido para destacar trata-se da presença de produções com sujeitos pesquisados sendo adolescentes do sexo feminino. Enfatizamos essa passagem por constatar que, conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)¹⁰, em 2021, 95,5% das medidas com restrição de liberdade eram de meninos e apenas 4,5% de meninas (Brasil, 2022).

Em pormenores de nossa delimitação investigativa, o Estado do RN possui apenas uma unidade de internação para adolescentes do sexo feminino em conflito com a Lei, e que cumprem medida socioeducativa de internação: o Centro de Atendimento Socioeducativo Feminino – Casef Padre João Maria, com capacidade de atendimento para 20 adolescentes, situado em Natal/RN. Além disso, a pesquisa denota como o termo “adolescente autora de ato infracional” não necessariamente signifique que o sujeito esteja cumprindo medida socioeducativa de internação.

Atualmente, o Estado do RN possui 146 adolescentes em regime fechado, sendo 98% do gênero masculino e 3% do gênero feminino. Em relação à raça/cor/etnia: -% amarela; 14% branca; -% indígena; 77% parda e 8% preta, consoante ao Relatório das Unidades da Federação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), entre 2022-2023 (Brasil, 2023).

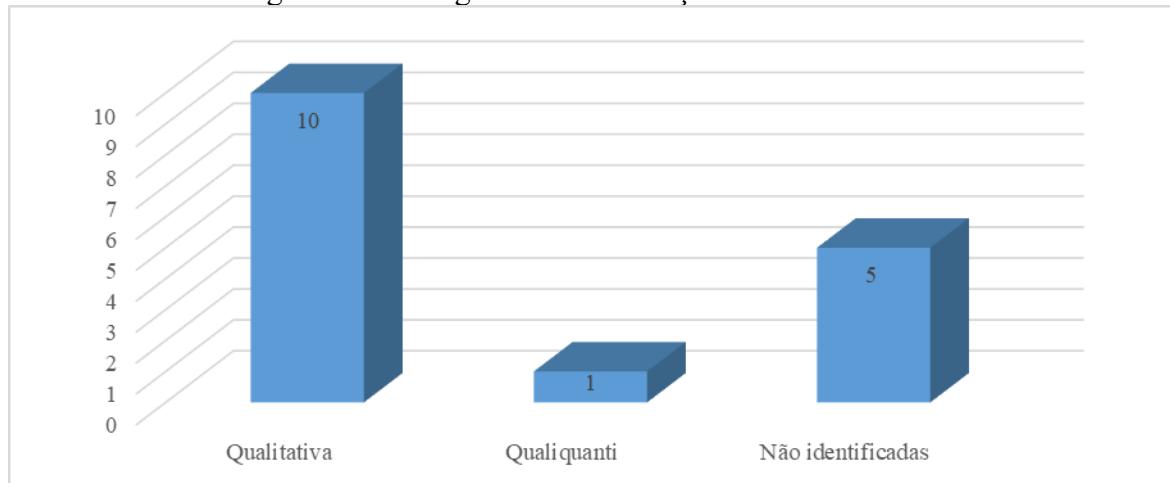
De modo geral, desperta a atenção a ausência de enfoques com sujeitos da comunidade escolar (sobretudo professores, supervisores, suporte pedagógico, dentre outros). Conforme Onofre (2007), a obrigatoriedade e os significados da escola nos preâmbulos dos meios judiciais exercem uma relação negativa com promotores da educação escolar. Ademais, reitera-se novamente essa obrigatoriedade, por ganhar contornos de uma medida judicial a ser

¹⁰ É uma instituição pública que visa aperfeiçoar o trabalho do judiciário brasileiro, especialmente no que diz respeito ao controle e à transparência administrativa e processual.

cumprida, convertendo-se, assim, em uma relação técnica entre escola e unidade de privação de liberdade.

Com relação às abordagens metodológicas, predominam-se pesquisas qualitativas nos trabalhos, conforme disponibilizado no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Abordagens metodológicas das dissertações e teses



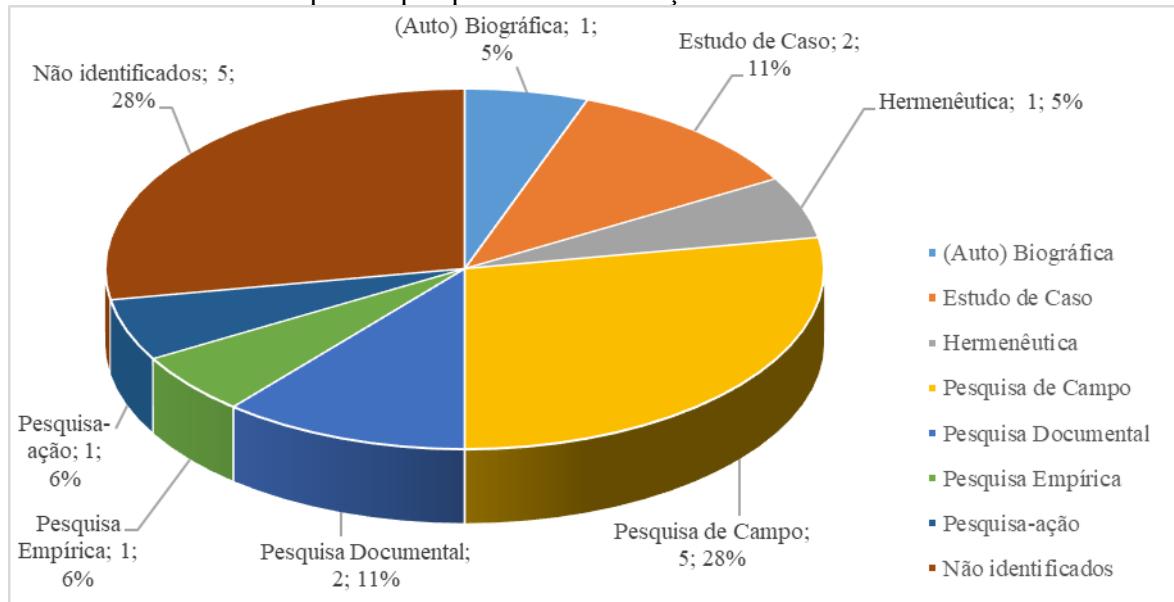
Fonte: dados da pesquisa (2022).

O Gráfico 5 revela, além da prevalência de abordagens qualitativas, a presença de um número expressivo de determinado aspecto metodológico não identificável no mapeamento, com cinco pesquisas. Diante do exposto, reforça-se a debilidade versada, inclusive tema caro e recorrente em análises de levantamento bibliográfico. Com arrimo nas fragilidades de informações declaradas anteriormente, muitos textos sequer apresentaram clareza nos aspectos metodológicos principais. Nesse contexto, algumas pesquisas confundiam a abordagem de pesquisa com as técnicas de produção de dados, exigindo um esforço maior para a compreensão do texto.

A partir da análise, percebe-se que apenas uma pesquisa se caracteriza como qualiquantitativa, bem como a inexistência de pesquisas com abordagens quantitativas. Nesse horizonte, o protagonismo de pesquisas qualitativas não surpreende, uma vez que os métodos/tipos de pesquisas e as técnicas para produção de dados nesses espaços e sujeitos enveredam para investigar a subjetividade que se materializa na conjectura estudada neste escrito. Em verdade, Minayo, Deslandes e Gomes (2001) classificam a pesquisa qualitativa como aquela que adentra no universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Em contínuo, verificam-se ainda as tipologias mapeadas das teses e dissertações com um valor de sete métodos diferentes empregados. Além do mais, o número de tipos de pesquisas não identificados é, mais uma vez, expressivo (sendo o maior percentual). O Gráfico 6 detalha essa e outras informações.

Gráfico 6 – Métodos/tipos de pesquisa das dissertações e teses



Fonte: dados da pesquisa (2022).

Dado o exposto no Gráfico 6, foi mapeado um número plural de tipos de pesquisas. Dentre elas, de forma expressiva, destacam-se aquelas que se declaram textualmente do tipo Pesquisa de Campo (5 – 28%), seguidas pelas pesquisas de Estudo de Caso (2 – 11%), Pesquisa Documental (2 – 11%) e, em sequência, com um quantitativo de apenas uma investigação, estão os trabalhos do tipo Pesquisa-ação (1 – 6%), Pesquisa Empírica (1 – 6%), Pesquisa (auto) biográfica (1 – 5%) e Pesquisa Hermenêutica (1 – 5%).

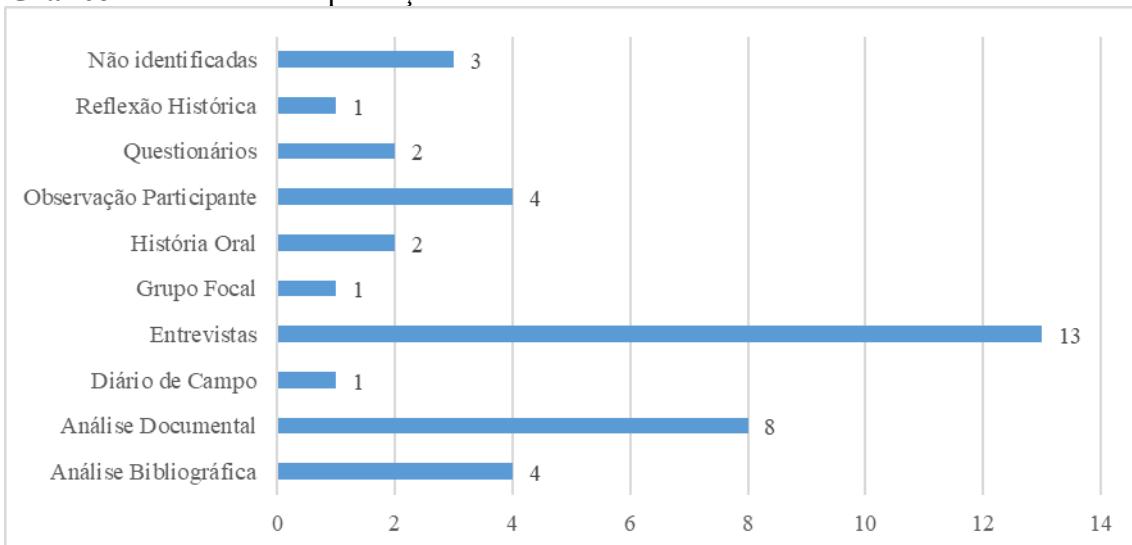
Nesse contexto, é relevante observar que a Pesquisa de Campo é a metodologia mais utilizada, uma vez que os sistemas de privação, em sua maioria, impõem diversos cuidados, regulamentações, critérios e restrições para o ingresso em suas estruturas físicas – ainda que, legalmente, não haja impedimento à inserção de pesquisadores e estudantes nesses espaços. Na prática, contudo, essas exigências administrativas dificultam e limitam os pesquisadores no desenvolvimento da investigação.

Assinalamos que as instituições possuem estruturas físicas diferentes, logo, não se configuram de forma padronizada/uniformizada. Elas podem mudar conforme os regimentos e dispositivos legais de cada unidade e/ou Estado. Desse modo, as informações descritas nesta

pesquisa estão diretamente relacionadas à realidade dos espaços de privação de liberdade do Estado do RN, por meio da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Fundase).

Com relação às técnicas de produção de dados, destaca-se o Gráfico 7:

Gráfico 7 – Técnicas de produção de dados



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Conforme o Gráfico 7, em pormenores, o quantitativo está sequenciado da seguinte forma: Entrevistas (13), Análise Documental (8), Análise Bibliográfica (4), Observação Participante (4), História Oral (2), Questionários (2), Diário de Campo (1), Grupo Focal (1), Reflexão Histórica (1) e, por fim, Não identificadas (3).

Em análise, foram identificados nove diferentes tipos de técnicas para a produção de dados, número considerado expressivo e relevante, especialmente porque, em 15 pesquisas, os autores utilizaram mais de uma técnica. Com isso, apenas uma investigação utilizou-se de uma única técnica, enquanto alguns autores recorreram a quatro ou seis. Essa prática não é incomum em investigações na grande área das Ciências Humanas, sobretudo na Educação.

Além disso, convém lembrar que o expressivo uso da técnica de entrevistas também pode ser subdividido de diversas maneiras, assim como os questionários. Por exemplo, diferentes práticas podem ocorrer por meio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), que funcionam como mediadoras nos processos de comunicação. Ademais, outra técnica amplamente empregada é a Análise Documental – que se apresenta como segunda mais utilizada – seguida da Bibliográfica, terceira mais abordada. Essa ocorrência reflete a eclosão de diversos dispositivos legais e debates, desde a redemocratização, em relação aos direitos da PPL, entre os quais se destacam a CF, o ECA, o Conanda, o Sinase e a Resolução CNE/CEB 3/2016.

Considerações finais

Com o objetivo de mapear como vêm sendo produzidas as pesquisas sobre a educação escolar de adolescentes privados de liberdade no estado do RN, no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, encontramos 16 produções, tomando como descritor “Ceduc”. Os achados revelam certa timidez sobre como a temática vem se perpetuando nos espaços de discussão, vinculados aos Programas de Pós-Graduação (mestrado e doutorado). Conforme mencionado no decorrer da análise, podemos nos direcionar a partir dos anos com produções recorrentes referente à temática, sendo eles: 2007, 2013, 2017 e 2018, que tiveram mais de uma publicação.

Desse modo, ao não utilizar marco temporal durante a pesquisa, salientamos a necessidade de investigações nessa linha, munindo mais olhares, contribuições práticas e/ou teóricas, além de divulgação desses espaços de educação escolar de adolescentes privados de liberdade. Ademais, convém lembrar o número expressivo de trabalhos não identificáveis, algo que nos conduziu a refletir sobre a fragilidade dos resumos textualizados nos escritos.

Apesar da timidez na produção científica, consideramos que, devido ao surgimento das normativas que regem os sistemas de privação de liberdade nas últimas décadas, houve um avanço considerável na atenção voltada aos sujeitos que estão nesses espaços. Apesar disso, é notório que as pesquisas mapeadas estão direcionadas ao acesso a direitos fundamentais (arrolados na Carta Magna) e/ou na garantia de políticas públicas educacionais, ou sociais, sem as intercalar ou abordá-las com os aspectos da educação escolar formal, enfoque deste escrito.

É possível perceber, ainda, que esses espaços são acometidos por invisibilidade, preconceito e estigma, embebidos historicamente por nossa sociedade. Logo, o papel da escola é um dos elementos de suma importância na transformação (ressocialização) dos sujeitos envolvidos. Em conformidade com Freire (1970), é necessário recuperar a sua humanidade.

A análise do cenário socioeducativo no Estado do RN, especialmente no que se refere à educação escolar para adolescentes em conflito com a Lei, revela um panorama de pesquisa ainda incipiente, mas em crescimento. O mapeamento quantitativo das teses e dissertações destaca uma concentração significativa de estudos nas IES do RN, especialmente na UFRN e na UERN. Isso reflete a importância e o papel dessas instituições na promoção de pesquisas voltadas para o contexto socioeducativo local.

Ademais, a predominância da Região Nordeste nas produções acadêmicas sobre o tema indica um foco regional que pode estar relacionado à terminologia “Ceduc”, historicamente usada no RN. No entanto, a dispersão das pesquisas por diferentes Áreas do Conhecimento, conforme Gráfico 2 (Serviço Social, Educação e Ciências Sociais) e elencadas no Quadro 1, revela uma abordagem multidisciplinar que enriquece a compreensão das complexidades do sistema socioeducativo.

Apesar da ampliação dos Programas de Pós-Graduação e do aumento do interesse por pesquisas na área, ainda há uma carência de estudos específicos sobre a educação escolar e a realidade socioeducativa no RN. O protagonismo de abordagens qualitativas nas pesquisas reflete a necessidade de investigar as subjetividades e os processos intrínsecos ao ambiente socioeducativo, embora a clareza metodológica ainda precise ser aprimorada nos trabalhos mapeados.

Outrossim, a análise dos sujeitos das pesquisas revela diversidade, embora haja uma lacuna significativa na investigação sobre a comunidade escolar, particularmente os professores e outros profissionais de suporte pedagógico. Isso sugere a necessidade de um enfoque mais detalhado nas dinâmicas educacionais e nas práticas pedagógicas nas unidades socioeducativas. Além disso, nota-se a necessidade de estudos que abordem a relação entre os profissionais da educação e os profissionais da administração das instituições.

De maneira geral, o estudo aponta para um cenário de pesquisa em evolução, com potencial para contribuir significativamente para a melhoria das práticas educacionais e das políticas públicas voltadas para adolescentes em conflito com a Lei. O fortalecimento das pesquisas, especialmente aquelas que tratam diretamente da educação escolar, é fundamental para a formulação de estratégias mais eficazes e humanizadas no atendimento socioeducativo, promovendo a reintegração social e a redução da reincidência.

Em linhas conclusivas, pontuamos que este texto não tem o intuito de encerrar o debate acerca das investigações com enfoques no aspecto escolar dos espaços de privação de liberdade do RN. Ao contrário, nosso propósito é discutir, refletir e fomentar pesquisas que tematizam a educação escolar com adolescentes em conflito com a Lei e que cumprem medidas socioeducativas de internação no Estado. Por todos esses aspectos, concluímos que o debate é promissor. Entretanto, deve ser ainda mais difundido nos espaços de produção científica, bem como tornar visível a educação escolar nesses espaços e na/para a nossa sociedade.

Referências

ALMEIDA, T. F.; LEITE, I. N. Compreensão acerca da educação popular: perspectivas e práticas de professores em uma unidade socioeducativa da Paraíba. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, n. Edição Especial, p. 95-112, 2023. DOI 10.14393/REP-2023-69145. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/69145>. Acesso em: 18 jul. 2024.

ASSUNÇÃO, V. B. **Competência dos profissionais que atuam nas organizações do terceiro setor**: um estudo de caso no Ceduc-APAE Salvador. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social) – Fundação Visconde de Cairu, Salvador, 2007.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/4f923d12-3cb2-4a24-9b63-e41789581d30>. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília, DF, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm. Acesso em: 5 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 5 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 3, de 13 de maio de 2016**. Define Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Brasília, DF, 2016. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21521933. Acesso em: 20 abr. 2024.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006**. Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda/resolucoes/resolucao-no-113-de-19-04-06-parametros-do-sgd.pdf/view>. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas Penais. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Conselho Nacional de Justiça. **Relatório Unidades da Federação 2022/2023**: sistema penal e socioeducativo. Brasília, DF: CNJ, 2023. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/10/relatorio-ufs-2022-2023-1.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2024.

COSTA JUNIOR, J. V. L. **Lembrar para não esquecer**: memória, história e ficção em aula de língua espanhola. 2017. Dissertação (Mestrado em Linguagem e Ensino) – Unidade Acadêmica de Letras, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2017. Disponível em: <https://dspace.sti.ufcg.edu.br/handle/riufcg/7814>. Acesso em: 22 ago. 2025.

CUNHA, R. D. T. **O atendimento às adolescentes autoras de atos infracionais no Estado do Rio Grande do Norte**. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/items/65ceac7d-899a-4511-aafb-0d84bfc2aa6b>. Acesso em: 22 ago. 2025.

EVANGELISTA, D. O. **Barreiras da sobrevivência**: angústias e dilemas de jovens infratores pós-institucionalização. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/items/d99a8613-4e24-401e-b1b6-716db4e96cda>. Acesso em: 22 ago. 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1970.

FREITAS, C. L. S. **Romper o silêncio e falar de mim e do outro**: narrativas de pequenas estrelas perdidas no Centro Educacional/Mossoró (CEDUC). 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Departamento de Educação, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2018. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6455848. Acesso em: 22 ago. 2025.

FROTA, T. L. L. **Entre o pavilhão e o inferno**: trajetórias de meninos infratores no Ceduc/Pitimbu. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/5aae817e-1aca-4ef7-952a-ed8b64de76f0/content>. Acesso em: 22 ago. 2025.

GARRIDO, E. **Técnica cloze e a compreensão da leitura**: investigação em textos de estudos sociais para sexta série. 1979. Dissertação (Mestrado em Didática) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000710729>. Acesso em: 22 ago. 2025.

HOLANDA, J. M. S. **O serviço social no sociojurídico**: limites e possibilidades de atuação profissional de assistentes sociais em Mossoró/RN. 2018. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Direitos Sociais) – Faculdade de Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2018. Disponível em: <https://www.uern.br/controledepaginas/ppgssd-dissertacoes/arquivos/2528janaina.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2025.

JULIÃO, E. F. **Cartografia das experiências de políticas de Educação de Jovens e Adultos nas prisões da América do Sul.** Niterói: EDUFF/FAPERJ, 2020.

JULIÃO, E. F. **Educação para jovens e adultos em situação de restrição e privação de liberdade:** questões, avanços e perspectivas. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

MELO, R. N. P. **O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC – do município de Fortaleza:** trajetórias participativas? 2013. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013. Disponível em:
<https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf;jsessionid=78636AC978077616749268E3053F0B56?id=75224>. Acesso em: 22 ago. 2025.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

NETO, F. M. O. **A dignidade da pessoa humana e as medidas sócio-educativas do Estatuto da Criança e do Adolescente.** 2007. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007. Disponível em:
<https://repositorio.ufrn.br/items/c1b38f0a-00c5-4113-80c3-026fb0e59327>. Acesso em: 22 ago. 2025.

ONOFRE, E. M. C. **Educação escolar entre as grades.** São Carlos: EdUFSCar, 2007.

PAIVA, J. Estudantes internos penitenciários: travessias de vida, escola, histórias. *In:* AGUIAR, M. A. S. (org.). **Educação de jovens e adultos:** o que dizem as pesquisas. Recife: Gráfica J. Luiz Vasconcelos, 2009. p. 9-36.

PEREIRA, I. S. **Famílias privadas de liberdade:** a saga da violência vivenciada por adolescentes que trilham os áridos caminhos da criminalidade. 2004. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004. Disponível em:
<https://repositorio.ufrn.br/items/540250b4-2fc4-4d02-af0b-c6298ba12bfd>. Acesso em: 22 ago. 2025.

QUEIROZ, L. M. **Adolescente autor de ato infracional:** dinheiro e cultura da violência. 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Direitos Sociais) – Departamento de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2017. Disponível em: <https://www.uern.br/controledepaginas/ppgssd-dissertacoes/arquivos/2528luana.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2025.

SANTOS, A. C. B. Educação e ciência no RN: mapeamento das Instituições de Educação Superior e Ciência, Tecnologia e Inovação. *In:* CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA DO RIO GRANDE DO NORTE, 13., 2019. Natal. **Anais** [...]. Natal: CONGESP, 2019. p. 1-6. Disponível em: <https://congesp.rn.gov.br/publicacoes-anteriores.html>. Acesso em: 4 jul. 2024.

SANTOS, H. A. **Rede de atendimento socioeducativo:** possibilidades e limites da garantia de direitos. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013. Disponível em:
<https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/822c7eac-3fb0-4a4e-8664-575be334675a/content>. Acesso em: 22 ago. 2025.

SANTOS, J. H. **Entre desvios e normas**: infração juvenil feminina na cidade de Natal-RN. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/items/993ed8ed-cdec-4e4b-be60-5c117729de81>. Acesso em: 22 ago. 2025.

SILVA, A. C. V. **Uma videoteca para a educação**: o projeto Ceduc-vídeo, a videoteca pedagógica e as publicações sobre cinema e educação produzidas na Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE entre 1988 e 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SILVA, D. C. *et al.* Características de pesquisas qualitativas: estudo em teses de um Programa de Pós-Graduação em Educação. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 38, p. e26895, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/26895>. Acesso em: 4 jul. 2024.

SILVA, S. B. **A privação de liberdade e o processo de inclusão social do adolescente**. 2003. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

TAVARES, A. M. B. N. **O pedagogo como agente de transformação social para além dos muros escolares**. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/items/43c06864-34ba-4cac-b701-e5d3c55d40e4>. Acesso em: 22 ago. 2025.

Submetido em 29 de julho de 2024.
Aprovado em 26 de fevereiro de 2025.